

CEGUEIRA OU DEFICIÊNCIA VISUAL: DISCUSSÃO NECESSÁRIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Edinéia da Silva Freitas (G-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

Resumo

A inclusão escolar das pessoas cegas ou com deficiência visual é uma obrigação legal, entretanto, alguns obstáculos vêm interpondo a realização desse processo, como é o caso das adequações do espaço físico que comprometem a acessibilidade da pessoa com deficiência visual. Assim, objetivamos com este estudo suscitar reflexões sobre o processo de inclusão do aluno cego ou deficiente visual no âmbito do sistema regular de ensino, e refletir sobre a organização desses espaços para receber os novos alunos. Para atingir tais objetivos, apoiamos-nos na pesquisa bibliográfica. Compreendemos que os alunos cegos ou com deficiência visual precisam de um ambiente adequado, com materiais apropriados e de um educador que busque conhecer o seu aluno e as suas necessidades, pois, conhecendo esse aluno, a sua prática poderá se tornar melhor e mais adequada na sala de aula. É relevante que se compreenda que, oportunizando-se a convivência em sociedade das pessoas com deficiências estas terão autonomia e poderão obter êxitos em suas vidas.

Palavras-chave: Cego. Deficiência Visual. Educação Inclusiva. Paradigmas da Educação Especial.

Introdução

No cenário educacional de hoje, tem-se discutido muito, que a escola deve ser um espaço para todos, ou seja, uma escola inclusiva, que vai além dos preconceitos, derrubando paradigmas e modificando sua estrutura. Nas últimas décadas, vêm ocorrendo transformações significativas no âmbito da inclusão escolar, dentre elas citamos: legislação voltada para as especificidades da pessoa com deficiência; cursos de formação inicial e continuada e pesquisas realizadas no âmbito de diversas universidades; órgãos de fomento incentivando estudos nas áreas de Educação Inclusiva, além outras transformações.

Compreendemos que a inclusão não deve ser apenas discutida teoricamente, mas sim, uma realidade capaz de inovar o cenário educacional de uma forma mais humana, igualitária e solidária. Hoje, muitas escolas já incluem os alunos com deficiência, porém, sentem ainda muitas dificuldades em receber esses alunos por falta de organização do ambiente escolar e do despreparo de toda comunidade escolar para lidar com essa nova realidade.

A comunidade escolar não deve ficar alheia a tais inovações, muito pelo contrário, é neste espaço que o aluno com deficiência deve ser acolhido com amor, paciência e igualdade, e de forma a encontrar um espaço em que ele possa ser capaz de se desenvolver plenamente utilizando-se das mais variadas formas de aprendizagens e recursos didáticos. No caso do aluno cego ou com deficiência visual, deve-se recorrer às novas tecnologias assistivas, pois estas têm por objetivo propiciar aos alunos com deficiência visual maior autonomia, qualidade de comunicação, ou seja, são recursos que visam facilitar as atividades diárias, integração com a família, com os amigos, na escola, enfim, com a sociedade.

No ambiente escolar, além das novas tecnologias para auxiliar na aprendizagem desses

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 142-149	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

alunos, faz-se necessário um educador consciente, que utilize seus saberes pedagógicos para se conhecer as habilidades do seu aluno, adequando o ambiente para recebê-lo da melhor forma possível. Desse modo, tudo ficará mais propício para a sua educação e desenvolvimento como pessoa e profissional.

Nesse sentido educar na diversidade é hoje um grande desafio, tanto para os educadores, quanto para a equipe da escola. A tarefa de ensinar uma pessoa com deficiência não é fácil, porém se torna enriquecedora à medida que busca adequação às práticas educativas num contexto em que não foge da realidade do aluno.

Todo ser humano tem o direito de viver uma vida com dignidade, companheirismo e igualdade. Para isso, é preciso que suas diferenças não sejam criticadas, pois, afinal, nem todo mundo é igual. Precisamos saber conviver com as diferenças e respeitar o outro. Acreditamos que todas as pessoas devem ser acolhidas, sem exceções, pois a inclusão traz grandes mudanças e proporciona uma reflexão ampla das nossas ações, possibilidades e limitações.

1. Inclusão: breve histórico

Para entender a importância da inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular, é preciso, antes de tudo, entender como se deu esse processo ao longo da história. Assim, percebemos que com os estudos de Maluf (2006) poderíamos avançar nesses conhecimentos. O autor aponta que, ao findar o século XVIII, ainda não havia um tratamento humano da família, da sociedade e das escolas para com as pessoas com necessidades especiais, pois, na fase da infância, as crianças eram enviadas a organizações religiosas ou para escolas especiais criadas para “guardá-las” (MALUF, 2006).

No limiar do século XIX, “[...] com a crescente tomada da consciência social e desenvolvimento na área da reabilitação, além do importante fato que foi a criação da primeira legislação específica. Começou-se a delinear os primórdios do atendimento como hoje ainda existe em diversos países” (MALUF, 2006, p. 13). Foi preciso a conscientização da sociedade para que as pessoas com deficiência tivessem a oportunidade de não serem separadas de seu meio social. Maluf ressalta que:

Durante o século XX apareceram os primeiros programas de estimulação precoce dirigida para crianças nascidas com alguma deficiência e se multiplicaram as chamadas ‘Escolas Especiais’. Através do tempo, a Educação Especial foi passando por diferentes etapas de conceitualização, desenvolvimento e transformação. De um local de segregação do deficiente as Escolas Especiais consolidaram-se dentro de uma visão clínica advinda tanto da área médica como de áreas afins (2006, p. 13).

A grande necessidade de um atendimento mais eficiente aos alunos com deficiência suscita transformações tanto no cenário clínico como no educacional, em relação a isso, Maluf (2006, p.13) pondera que:

[...] as políticas e práticas em educação passaram por grandes mudanças. Entre elas, passaram a indicar a inserção dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, nos sistemas regulares de ensino, de modo a usufruírem da companhia social menos restritiva e de oportunidades educacionais mais amplas. Surge a Educação Inclusiva, que gradualmente acabou por se estender a todo contexto educativo, público e privado. A substituição do enfoque puramente biológico de avaliação e intervenção, por uma visão que abrange as dimensões sociais e educativas foi decisiva para se atingir uma concepção mais humanista das deficiências, quer de comprometimento físico ou mental.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 142-149	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

A inserção da educação inclusiva no sistema educacional faz com que este sistema se ramifique sobre várias dimensões, além de tratar as deficiências com mais sentimento e de uma forma mais humana. Beyer (2006, p.11), em seus estudos, afirma que:

[...] a educação especial encontra-se numa situação de crise de identidade. O monopólio histórico da educação especial na área do ensino de crianças com deficiência parece estar chegando ao fim. Cada vez mais há pressões sociais no sentido da abertura de espaços, para que as pessoas com deficiência saiam de redutos segregados, dentre eles as oficinas de trabalho protegidas e as escolas especiais, e coloquem-se nos espaços comuns da sociedade, isto é, nas escolas regulares, públicas e privadas, e também no mercado de trabalho.

A educação especial sofre modificações e passa por uma crise na sua forma de trabalhar a pessoa com deficiência. Isso implica que “[...] o momento histórico de revisão da própria existência da educação especial tem a ver com o seu significado no âmbito das instituições educacionais” (BEYER, 2006, p.11-12). Ainda em conformidade com o autor, podemos afirmar que:

[...] vivemos numa situação de significativa mudança na função pedagógica da educação especial, o que pode representar uma mudança do conceito de uma educação especial fixa, estabelecida fisicamente em espaços circunscritos, basicamente nas escolas especiais, para o conceito de uma educação especial móvel, dinâmica, que se desloca para atender os alunos nas escolas do ensino regular. Em poucas palavras, tal mudança paradigmática e também na proposta pragmática significa fundamentalmente um movimento de descentralização especial (BEYER, 2006, p.12).

A nova proposta de educação especial implica mudança em seu conceito. É preciso que ela se faça mais dinâmica e atenda as necessidades de todos os alunos. Assim sendo, “[...] a concepção básica que nutre as novas propostas para uma educação especial móvel se manifesta pela expressão nós vamos às crianças” (BEYER, 2006, p.12). Segundo Maluf (2006), a Conferência Mundial em Salamanca sobre a Educação Inclusiva foi decisiva para o progresso da proposta de inclusão escolar. Nessa discussão, Beyer (2006, p. 13) defende que:

[...] a escola para todos nunca existiu. A escola inclusiva ou a escola com uma proposta de inclusão escolar tem se proposto (ao menos paradigmaticamente) a atender todas as crianças, sem qualquer exceção. Nesse sentido, não determina distinções de espécie alguma, no que tange às características diversificadas de aprendizagem de seus alunos.

A proposta de educação inclusiva procura vencer as barreiras daquilo que parece ser “diferente” e integra todos num ambiente comum. Essa afirmação corrobora o que Maluf (2006, p.13) defende:

Incluir é parar de pensar apenas no sentido de como levar as pessoas com Necessidades Educativas Especiais, mas de operacionalizar meios para que as pessoas que criam e mantêm a exclusão venham a modificar-se, assumindo uma visão mais ampla, preocupada com a qualidade da educação para todos e suas relações com os demais membros da escola e da sociedade

Ao se pensar em uma escola para todos, ou educação inclusiva é preciso compreender a forma errônea com que se fazia anteriormente, pois não se pode perpetuar em um equívoco, mantendo erros que têm se mantido há anos sobre a educação especial. Conforme adverte: Beyer (2006, p.15).

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 142-149	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

[...] é tempo de advertir às escolas especiais e a educação especial do risco de se constituírem em um equívoco ou erro histórico. A longa existência e prática da segregação escolar estabeleceu a cultura e a consciência, nas escolas especiais e nos próprios educadores especiais, de que não se poderia educar os alunos com deficiência em qualquer outro lugar a não ser escolas especiais. O equívoco das escolas especiais consiste na reivindicação do monopólio pedagógico com estes alunos, em que se defende a idéia de que a educação especial é o melhor ou mais apropriado para eles

Na verdade, é preciso ter consciência de que é possível educar na diversidade, embora tal proposta não seja uma tarefa fácil, pois implica várias mudanças no cenário educacional. Para Maluf (2006, p.13):

A grande dificuldade do processo de inclusão é que não basta integrar os alunos com Necessidades Educativas Especiais, ou seja, não basta que sejam feitas adaptações para aceitar um determinado grupo de alunos. Isso é relativamente fácil de fazer e vem acontecendo, infelizmente, em muitos casos, até hoje. A verdadeira Inclusão requer a reestruturação do sistema educacional de modo que este cuide de todos os alunos, dando-lhes condições de pleno acesso e participação.

Além de instigar mudanças educativas, a educação inclusiva “[...] é um movimento que busca repensar a escola, para que deixe de ser a escola da homogeneidade e passa a ser a escola da heterogeneidade”. (MARTINS, 2008, p. 19). O autor ressalta que para ocorrer à educação inclusiva é preciso “[...] almejar uma pedagogia centrada no aluno que, por sua vez, suscite a construção de uma sociedade que respeite a dignidade e as diferenças humanas”. Outro estudioso no assunto afirma que:

A educação inclusiva tem sido discutida em termos de justiça social, pedagogia, reforma escolar e melhorias de programas. No que tange à justiça social, ela se relaciona aos valores de igualdade e de aceitação. As práticas pedagógicas em uma escola inclusiva precisam refletir uma abordagem mais diversificada, flexível e colaborativa do que em uma escola tradicional (PACHECO, 2007, p.15).

Como vimos à inclusão é reconhecida como uma ação solidária que já é defendida mundialmente, em ações de justiça social e em muitos outros processos educacionais e sociais. Assim, torna-se necessário que a sociedade em geral se mobilize e veja a inclusão como uma oportunidade de vencer os preconceitos estabelecidos durante anos e de buscar a igualdades entre os homens. Fica claro, então que, a escola inclusiva abrirá caminhos para um ensino mais humanizado e voltado para a realidade dos alunos visando a melhorar as condições de aprendizagem de cada educando.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), o termo deficiência visual refere-se a uma situação irreversível de diminuição da resposta visual, em virtude de causas congênitas ou hereditárias, mesmo após tratamento clínico e/ou cirúrgico e uso de óculos convencionais. A pessoa com deficiência visual é aquela que apresenta um impedimento total ou parcial na capacidade de percepção de imagens, decorrentes de imperfeições nas estruturas que compõem o sentido da visão.

A capacidade de ver depende primeiramente da existência integral de células especializadas capazes de responder a ondas luminosas [...]. À medida que a frequência de onda aumenta diminui o seu comprimento e vice versa. Células receptoras localizadas nos olhos respondem a ondas entrantes em apenas um pequeno segmento do

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 142-149	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

espectro eletromagnético, denominado espectro visível ou luz visível (DAVIDOFF, 2001. p. 159).

A falta da visão provoca interesse, inquietações e, não raro, grande impacto no ambiente escolar, pois os professores e funcionários das escolas não sabem como agir diante de uma pessoa deficiente visual, tendo dificuldade de aproximação e comunicação. Neste caso, torna-se necessário desmistificar os pré-conceitos formados acerca do deficiente visual, o que só são possíveis pela desconstrução conceitos estabelecidos socialmente por anos, e pelo conhecimento um pouco mais aprofundado da história, das pessoas com deficiência visual, buscando-se entender como ocorreu sua inserção no âmbito escolar.

No Brasil, a educação de deficientes visuais, se tornou evidenciada em 12 de setembro de 1854, quando o Imperador D. Pedro II baixou o Decreto Imperial nº 1.428, criando o *Imperial Instituto de Meninos Cegos*. Esse foi o marco inicial da educação de deficientes visuais no Brasil e na América Latina. Este instituto é hoje conhecido como *Instituto Benjamin Constant*, foi à única instituição encarregada da educação de deficientes visuais no Brasil até 1926. Nesse local os alunos estudavam em regime de internato e recebiam uma educação específica para alunos cegos. Apenas em 1934 o *Instituto Benjamin Constant* foi autorizado a ministrar o curso Ginásial, e em 1946, foi equiparado ao Colégio Pedro II. Em Belo Horizonte, em 1926. Foi inaugurado o *Instituto São Rafael* e, em 1927, foi fundado, em São Paulo, o Instituto para Cegos, *Padre Chico*, ambos voltados ao atendimento específico para o deficiente visual.

Em 1946, foi criada a *Fundação Para o Livro do Cego no Brasil*, instituição para imprimir livros em caracteres Braille, passo importante para a descentralização da educação especializada, surgindo, então, a necessidade de professores preparados, capazes de receber esses novos alunos, e fazer com que sua aprendizagem fosse satisfatória. E foi aí que se deram os primeiros passos na preparação de professores para atender melhor as pessoas cegas ou com deficiência visual. Em 1947, o Instituto Benjamin Constant e a Fundação Getúlio Vargas, em cooperação, criaram e realizaram o curso de caráter intensivo, destinado à especialização de professores para trabalhar com cegos ou deficientes visuais.

A partir de 1951, foram realizados cursos de especialização de professores e inspetores, preparando-os para trabalhar com os alunos cegos ou deficientes visuais. Em 1950, em caráter experimental, foi instalada nas escolas comuns a sala classe Braille do Estado de São Paulo. Sua oficialização se deu em 1953, pela Lei nº 2.287, regulamentada pelo Decreto nº 26.258, de 12/08/56. Nessa mesma década, admitiu-se a matrícula do aluno cego no 2º ciclo do curso secundário e o Conselho Nacional de Educação permitiu oficialmente o ingresso de estudantes cegos em Faculdades de Filosofia.

Ocorreram e vem ocorrendo avanços em relação ao atendimento para pessoas com deficiência no Brasil, mas compreendemos que faltam investimentos em diversas áreas. Esses investimentos podem advir da Saúde, Educação, Assistência Social, entre outras áreas. Assim, compreendemos que o Brasil está iniciando um processo de valorização às diferenças.

2. O Ambiente escolar para alunos cegos ou com deficiência visual

Com algumas conquistas históricas da pessoa cega ou com deficiência visual, vê-se que ainda podem ser trilhados vários caminhos em prol da educação para essas pessoas. Nesse sentido, a frequência em escolas regulares dos alunos cegos ou com deficiência visual trouxe à tona a necessidade de mudanças sociais e, juntamente com esta expansão da demanda não só por oportunidades educacionais, mas também por adequações físicas. É sabido que os alunos com

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 142-149	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

deficiência necessitam de um aprendizado que busque descobrir suas habilidades e não que foque a atenção nas suas deficiências. Dessa forma, é preciso que a escola busque se adequar para atender determinadas necessidades, neste caso, a deficiência visual. Segundo Sá (2007, p.13):

A linguagem, a comunicação e as múltiplas formas de expressão cultural ou artística constituem-se de imagens e apelos visuais cada vez mais complexos e sofisticados. Os conteúdos escolares privilegiam a visualização em todas as áreas do conhecimento, de um universo permeado de símbolos gráficos, imagens, letras e números. Assim, necessidades decorrentes de limitações visuais não devem ser ignoradas, negligenciadas ou confundidas com concessões ou necessidades fictícias. Para que isso não ocorra, devemos ficar atentos em relação aos nossos conceitos, preconceitos, gestos, atitudes e posturas com abertura e disposição para rever as práticas convencionais, conhecer, reconhecer e aceitar as diferenças como desafios positivos e expressão natural das potencialidades humanas.

A escola precisa abandonar de uma vez por todas qualquer tipo de preconceito em relação ao cego ou deficiente visual, não o ignorando, mas reconhecendo e aceitando as diferenças. Assim “[...] será possível criar, descobrir e reinventar estratégias e atividades pedagógicas condizentes com as necessidades gerais e específicas de todos e, em particular, de cada um dos alunos” (SÁ, 2007, p.13). Não se quer negar a deficiência e muito menos minimizar a marginalização social que sofrem as pessoas que estão fora do padrão aceito pela sociedade. A cegueira ou deficiência visual é uma condição limitadora, porém as histórias de vidas podem revelar que indivíduos que têm oportunidade adequada e não são privados do convívio social, trilham por caminhos bem diferentes de aprendizagem e desenvolvimento do que aqueles que não tiveram as mesmas oportunidades. Sá (2007, p.14) salienta que os alunos deficientes visuais,

[...] necessitam de um ambiente estimulador, de mediadores e condições favoráveis à exploração de seu referencial perceptivo particular. No mais, não são diferentes de seus colegas que enxergam no que diz respeito ao desejo de aprender, aos interesses, à curiosidade, às motivações, às necessidades gerais de cuidados, proteção, afeto, brincadeiras, limites, convívio e recreação dentre outros aspectos relacionados à formação da identidade e aos processos de desenvolvimento e aprendizagem. Devem ser tratados como qualquer educando no que se refere aos direitos, deveres, normas, regulamentos, combinados, disciplina e demais aspectos da vida escolar.

A falta da visão considerada “perfeita” não deve ser empecilho, nem servir para a separação ou etiquetagem de alunos com deficiência visual. Esses alunos, vale a pena ressaltar, possuem os mesmos sentimentos, os mesmos sonhos, as mesmas vontades de aprender que as pessoas ditas “normais”.

O trabalho na escola com os alunos cegos ou deficientes visuais requer certo esforço e preparo. Sabendo que a baixa visão impede o aluno de receber informações totais do mundo, é preciso ensiná-los de acordo com a sua capacidade e explorar a sua maneira de conhecer o mundo, lembrando sempre que pessoas deficientes visuais não sofrem de comprometimento cognitivo e são capazes de aprender tudo, desde que estimuladas de forma correta.

Sá (2007) diz que é preciso ter um conhecimento global do aluno, diagnosticando e avaliando sua aprendizagem e sua visão, além de conhecer sua convivência na família e na sociedade. Também se torna necessário tanto o planejamento quanto a organização da ação pedagógica.

A linguagem amplia o desenvolvimento cognitivo porque favorece o relacionamento e proporciona os meios de controle do que está fora de alcance pela falta da visão. Trata-se

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 142-149	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

de uma atividade complexa que engloba a comunicação e as representações, sendo um valioso instrumento de interação com o meio físico e social. O aprimoramento e a aplicação das linguagens de falar e ouvir, ler e escrever. É tarefa do educador observar como os alunos se relacionam com os seus colegas e com os adultos e verificar a qualidade da experiência comunicativa nas diversas situações de aprendizagem (SÁ, 2007, p. 21).

Para alunos cegos ou com deficiência visual, além dos recursos ópticos para auxiliá-lo em sua aprendizagem, a linguagem se torna imprescindível nesse processo, principalmente na comunicação entre eles e com os demais. É uma forma de interagir com todas as pessoas ao seu redor. Nessa direção, o educador deverá estar atento às situações comunicativas. Ainda de acordo com Sá (2007, p. 22), os educadores

[...] devem estabelecer um relacionamento aberto e cordial com a família dos alunos para conhecer melhor as suas necessidades, hábitos e comportamentos. Devem conversar naturalmente e esclarecer dúvidas ou responder perguntas dos colegas na sala de aula. Todos precisam criar o hábito de evitar a comunicação gestual e visual na interação com esses alunos. É recomendável também evitar a fragilização ou superproteção e combater atitudes discriminatórias.

O profissional da educação, frente à inclusão de alunos com deficiência, deve estar preparado para transpor qualquer barreira preconceituosa e admitir que a ajuda da família é importante na sua prática educativa. Na escola, é preciso que o deficiente visual tenha em sua disposição alguns recursos didáticos para melhorarem sua aprendizagem. De acordo com Sá (2007, p. 26) os recursos didáticos

[...] contribuem para que as situações de aprendizagem sejam mais agradáveis e motivadoras em um ambiente de cooperação e reconhecimento das diferenças. Com bom senso e criatividade, é possível selecionar, confeccionar ou adaptar recursos abrangentes ou de uso específico.

Consequentemente recursos didáticos devem estar presentes no cotidiano escolar, eles são uma opção ou até mesmo uma ação complementar para as atividades de sala de aula. Quanto mais há adequação de tais recursos, maiores serão as oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem destes alunos.

Sendo, a escola, como peça fundamental na educação, tem que se adequar e procurar ser um espaço para todos os alunos, deficiente ou não. É preciso ampliar o conceito de aprendizagem e desenvolver uma ação mais humanista e igualitária, em que todos sejam vistos como seres humanos que tem direitos de receber uma educação digna, para ampliar seus conhecimentos e, desse modo poder contribuir para uma sociedade justa.

Considerações Finais

Este estudo nos proporcionou uma fazer uma reflexão sobre a importância da inclusão de pessoas cegas ou com deficiência visual na escola e na sociedade, evidenciando alguns procedimentos que as instituições escolares devem utilizar e aperfeiçoar. Consideramos, assim, que a educação inclusiva requer uma mudança no cenário educacional e nas atitudes dos profissionais da educação, pois não se pensa mais em uma escola homogênea, mas sim num estabelecimento de ensino regular que abriga todos os alunos, sem distinção, banindo de uma vez

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 142-149	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

por todas os preconceitos.

A inclusão escolar requer um esforço de toda sociedade, pois não basta apenas aceitá-la, é necessário que seja praticada e defendida por órgãos dos poderes públicos e privado, pelas instituições de ensino e principalmente pelas famílias, haja vista que de fato a inclusão começa na família, a partir do modo como a pessoa foi tratada pela família desde seu nascimento. A ação conjunta entre essas diversas instâncias sociais pode ser o início para o surgimento de uma educação inclusiva, igual para todos, proporcionando, assim, um legado de igualdade para as gerações futuras.

Referências

BRASIL. *Atendimento Educacional Especializado: deficiência visual*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007.

_____. *Convenção de Guatemala*. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1999.

_____. *Declaração de Salamanca*. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1994.

_____. *Declaração dos Direitos de todos*. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1990.

_____. *Direito Internacional de Montreal sobre Inclusão*. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1996.

BEYER, H. O. *Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades especiais*. Porto Alegre, RS: Mediação, 2005.

MALUF, M. I. *Educação Especial e Educação Inclusiva*. 13. ed. São Paulo: Revista Direcional Escola, 2006.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças*. *Revista Nova Escola*, São Paulo: Editora, abr./ maio, 2005.

MARTINS, A. R. et al. (Org.) *Inclusão: compartilhando saberes*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PACHECO, J. et al.. *Caminhos para a Inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

SÁ, E. D. *Deficiência visual*. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 142-149	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------